## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO № , DE 2007 (Do Sr. Wilson Santiago e outros)

Dá nova redação ao art. 14, ao § 1º do art. 27, ao *caput* do art. 28, ao inciso I do art. 29, ao parágrafo único do art. 44, ao § 1º e ao § 2º do art. 46, ao § 4º do art. 57 e ao art. 82 da Constituição Federal, revoga o § 2º do art. 46, proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores e Prefeitos, e determinando o mandato de 6 anos para todos os cargos eletivos do país.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Os artigos 14, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição Federal
passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 14
§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subseqüente,
o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito
Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis
meses anteriores ao pleito.
(NR)."
"Art. 27

§1º Será de seis anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicandose-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade,

imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e
incorporação às Forças Armadas.
(NR)."
"Art. 28 A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado,
para mandato de seis anos, ralizar-se-á no primeiro domingo de outubro,
em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se
houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e
a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente, observado,
quanto ao mais, o disposto no art.77.
(NR)."
"Art. 29
I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para
mandato de seis anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em
todo o País.
(NR)."
"Art. 44
Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de seis anos. (NR)
"Art. 46
§1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com
mandato de seis anos.
§2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será
renovada de três em três anos, alternadamente, por um e dois terços.
(NR)."
"Art.57
§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a
partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de
seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 3 (três)
anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente
subseqüente.
(NR)."
"Art. 82 O mandato do Presidente da República é de seis anos e terá
início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (NR)"

- Art. 2º As alterações nos artigos 14, 27, 28, 44, 46, 57 e 82 serão aplicadas às eleições de 2010.
- §1º A partir do ano de 2010, as eleições para renovação de dois terços da representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal serão para um mandato de 6 (seis) anos.
- §2º No ano de 2014, a eleição para renovação de um terço da representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal será para um mandato de apenas 5 (cinco) anos.
- §3º A partir do ano de 2019, as eleições para renovação de um terço da representação de cada Estado e do Distrito Federal no Senado Federal serão, doravante, para um mandato de 6 (seis) anos.
  - Art. 3º A alteração do art. 29 será aplicada à eleição de 2008.
- §1º No ano de 2014, a eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será para um mandato de 5 (cinco) anos.
- §2º A partir do ano de 2019, as eleições do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão, doravante, para um mandato de 6 (seis) anos.
- Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição é aprimorar o funcionamento do sistema político brasileiro por intermédio da alteração dos mandatos eletivos do país e a correspondente vedação da possibilidade da reeleição para Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e Prefeitos.

O período de 6 anos de mandato para todos os cargos eletivos do país – Presidente da República, Senador, Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputados Federal e Estadual, Prefeito e Vereador – é o mais apropriado em virtude de possibilitar o tempo suficiente para a maturação da implementação de suas propostas políticas, administrativas e sociais. Concomitantemente, na medida em que

aumentamos em dois anos o período dos mandatos, vedamos a possibilidade da reeleição para os cargos majoritários, prática institucionalizada entre nós desde a primeira Constituição Republicana de 1891 e alterada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997.

O mandato de 6 anos também nos parece mais conveniente por alterar a realização de eleição a cada 2 anos, tal como na sistemática atual, para a cada 3 anos, aumentando o interregno eleitoral em 1 ano, o que possibilita aos cofres públicos um período maior para que possam refazer-se com os gastos eleitorais. Tal mudança também poupará à população um maior tempo de comparecimento às urnas.

Desse modo, teríamos eleições para Presidente da República, Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador (dois por Estado), Deputado Federal e Estadual em 2010, 2016, 2022, 2028, 2034 e 2040 e, assim, sucessivamente; eleições para Senador (um por Estado) em 2014, 2019, 2025, 2031, 2037 e, assim, sucessivamente; e eleições para Prefeitos e Vereadores em 2008, 2014, 2019, 2025, 2031, 2037 e, assim, sucessivamente. Dessa maneira, as eleições para Chefe do Executivo Federal, para Chefe do Executivo Estadual, para dois terços da totalidade de Senadores, para Deputado Federal e para Deputado Estadual serão realizadas sempre 3 anos após as eleições para preenchimento de um terço da totalidade dos Senadores, para Chefe do Executivo Municipal e para Vereador.

Em face dos motivos acima expostos e de sua relevância para o aperfeiçoamento de nossa democracia representativa, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação da presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, em

de

de 2007.

**Deputado WILSON SANTIAGO**